



REDE
TEMPO
BRASIL



Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384

A longuíssima duração da colonialidade: uma análise multidimensional do neoextrativismo na América Latina

Eulália da Costa Guarinello^I
Gabriella Jacob Naccarato^{II}

RESUMO: Este artigo insere-se em uma perspectiva crítica de análise e compreensão de processos sócio-históricos da América Latina, a partir de um olhar multidimensional. Através das contribuições de autoras e autores do terceiro mundo, de diferentes áreas, busca-se refletir a respeito das formas de dominação e controle forjadas pela colonialidade, com enfoque para o neoextrativismo e sua relação com os projetos de desenvolvimento. Nosso intuito consiste em contribuir para o debate quanto à complexidade e à longa duração destes fenômenos, pois julgamos urgente a ampliação da discussão e da produção de conhecimento científico crítico a partir de uma perspectiva conjuntural.

Palavras-chave: América Latina; Colonialidade; Neoextrativismo;

The *longue durée* of coloniality: a multidimensional analysis of neoextractivism in Latin America

ABSTRACT: This study is part of a critical perspective that considers socio-historical processes in Latin America, from a multidimensional perspective. Through the contributions of third-world researchers, from different areas, we seek to reflect on the forms of domination and control forged by coloniality, focusing on neoextractivism and its relationship with development projects. Our intention is to contribute to the debate regarding the complexity and “the *longue durée*” of these phenomena, as we consider it urgent to expand both the discussion and production of scientific knowledge from a conjunctural perspective.

Key-words: Latin America; Coloniality; Neoextractivism.

Introdução

Este artigo é fruto do trabalho de duas historiadoras latino-americanas, pesquisadoras do “terceiro mundo”^{III}. Assim, o presente estudo insere-se em uma perspectiva crítica de análise e compreensão de processos sócio-históricos regionais e globais, a partir de um olhar multidimensional e, ao mesmo tempo, particular. Aqui, nos apoiamos majoritariamente na produção e nas contribuições de autores e autoras também do terceiro mundo, de diferentes áreas, buscando refletir a respeito das formas de dominação e controle forjadas pela colonialidade. Nosso intuito consiste em contribuir para o debate no que diz respeito à complexidade e à longa duração deste processo, pois julgamos urgente a ampliação da discussão e da produção de conhecimento científico crítico a partir de uma perspectiva conjuntural.

Desta forma, o artigo está dividido em três tópicos: inicialmente, nos voltamos ao panorama teórico, tendo em vista o quadro histórico, social, econômico e político da América Latina, com enfoque para a colonialidade e a dependência. Em seguida, tratamos do

A LONGUÍSSIMA DURAÇÃO DA COLONIALIDADE: UMA ANÁLISE
MULTIDIMENSIONAL DO NEOEXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA
GUARINELLO, E. C.
NACCARATO, G. J.

neoextrativismo e sua relação com os projetos de desenvolvimento. Por fim, concluímos com a caracterização e contextualização de uma perspectiva multidimensional, incitando o debate e a contribuição de estudos voltados para uma compreensão da realidade complexa contemporânea latino-americana.

Colonialidade, dependência e a longa duração

A complexa tarefa de estudar a América Latina requer, de modo substancial, a apreensão da colonialidade como categoria de análise, por meio da historicização de fenômenos e da reflexão a respeito dessas formas de dominação, dependência e controle. Assim, no tocante aos mecanismos de exercício da colonialidade, temos como ponto inicial a invenção do conceito de raça, pois, segundo Quijano^{IV}, foi a partir da distinção e da classificação racial que os colonizadores efetivaram suas práticas de domínio e controle de indígenas e africanos. Munidos da ideia de superioridade racial do europeu em relação ao “outro”, os colonizadores empregaram argumentos que justificavam este domínio, voltados para a suposta diferenciação biológica e cognitiva dos povos dominados, entendidos como inferiores nessas diversas esferas e, portanto, passíveis de expropriação e escravização. Essa imposição de um lugar de inferioridade embasou a violência, o genocídio e a cruel divisão do trabalho nas colônias. Assim, povos originários e africanos foram submetidos ao domínio de seus territórios, corpos e identidades durante o período colonial:

(...) isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais^V.

Ainda sobre as classificações coloniais identificadas por meio desta crítica, consideramos pertinente destacar as contribuições de Lugones^{VI} a respeito da centralidade da questão de gênero como um sistema colonial e moderno. A autora, ao denunciar o uso colonial do gênero, conduz o debate sobre como a intersexualidade, a lesbianidade e a homossexualidade estiveram presentes e foram reconhecidos em determinadas sociedades nativo-americanas, e de que modo essas práticas foram sendo incriminadas, subalternizadas e estereotipadas, na intrusão colonial, pela classificação social binária e pela heterossexualidade racializada. Assim, o pensamento da autora é de enorme relevância para o entendimento da complexidade da lógica dos eixos estruturantes da colonialidade, isto é: “uma boa base para entendermos os processos de entrelaçamento e produção de raça e gênero^{VII}”. Deste modo, temos raça e gênero como eixos centrais na análise das formas de hierarquização da chamada *colonialidade do poder*^{VIII}, que orienta a organização social dos países colonizados. A compreensão destes dois aspectos, a partir de uma visão interseccional, permite a apreensão de determinadas estruturas, como o racismo, o patriarcado e o extrativismo no processo colonizador.

Vale ressaltar que a ideia de *sujeito universal* (europeu, rico, homem, branco, heterossexual) e o *outro* (tudo o que não é referido anteriormente), sendo o primeiro um padrão a ser seguido pelos demais, trata de um protótipo que está presente nos imaginários sociais das sociedades ocidentalizadas, através do binarismo, mas também na forma como se orienta o conhecimento no mundo. Vemos, portanto, como se dá o poder hoje em uma sociedade que

A LONGUÍSSIMA DURAÇÃO DA COLONIALIDADE: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DO NEOEXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA

GUARINELLO, E. C.

NACCARATO, G. J.

sofreu a colonização. Quijano aponta para a existência de um poder global que articula todo o planeta segundo uma ótica colonial, que só foi possível através da imposição da modernidade^{IX}.

Assim sendo, o colonialismo estabeleceu-se de tal forma (nas esferas sociais, políticas, culturais e econômicas) que, mesmo com a instauração de regimes independentes nos países latino americanos, não foi possível observar o fim das práticas de dominação. Deste modo, consideramos relevante pensar a colonialidade a partir da apresentação teórico-metodológica de Braudel da “longa duração”, levando em conta o caráter de permanência e fixação das práticas coloniais como elementos centrais de instauração da modernidade.

Fernand Braudel, em *História e Ciências Sociais: a longa duração*, defende a atuação conjunta e interdisciplinar de pesquisadores das ciências humanas a partir da utilização da chamada dialética das durações^X. Isto é, análises que verdadeiramente contemplem a totalidade do social devem contar com a inclusão de diferentes durações de forma cooperativa, por meio da historicização dos fenômenos e de um amplo panorama. Assim, devem levar em consideração eventos cotidianos, ciclos econômicos e, principalmente, a perpetuação de estruturas e mecanismos que se desdobram no decorrer dos séculos. Desta forma, entendemos a colonialidade como efeito do colonialismo na longa duração, com estruturas que o tempo não pode desgastar e efeitos que perpetuam-se nos dias atuais, determinando o desenvolvimento dos países da América Latina e também do continente europeu. O colonialismo, portanto, pode ser entendido como um elemento que percorre a história e configura o surgimento da modernidade e o caráter hegemônico do continente europeu. Diante disso, a ideia do colonialismo como uma estrutura de longa duração no capitalismo indica seu papel na formação e manutenção do sistema-mundo moderno, pois a fundação daquilo que os modernos chamam de “mundo” deu-se, justamente, a partir do colonialismo.

Partindo da perspectiva da longuíssima duração, vemos que, apesar das práticas políticas do colonialismo terem sido eliminadas, a relação entre a cultura europeia e as outras segue sendo uma relação de dominação colonial. Esta dominação não se refere apenas aos processos diretos de subordinação, mas tem um forte caráter subjetivo, no que diz respeito à colonização do imaginário dos dominados, por meio da repressão e do apagamento de crenças, símbolos, e, principalmente, dos modos de produção de conhecimento. Os colonizadores também instalaram uma imagem mistificada da produção de conhecimento europeia, tornando-a “desejável” como um meio de acesso ao poder, o que garantiu a universalidade da cultura europeia.

Tendo em vista a inserção deste trabalho em uma perspectiva crítica e multidimensional, consideramos necessário comentar a respeito das relações entre a situação de dependência dos estados latino americanos e a colonialidade, buscando a compreensão das dinâmicas sociais, bem como das questões estruturais diretamente influenciadas pela dependência econômica e cultural. Sendo assim, entende-se a urgência de pensar a formação sócio-histórica dos estados latino-americanos atentando para a relação que estes têm com as potências hegemônicas mundiais, no cenário capitalista, da economia e de políticas globais, ou seja, no sistema-mundo.

Como já pontuado, a impossibilidade da América Latina de apoderar-se de uma verdadeira situação de independência, mesmo após o fim do colonialismo como estrutura política vigente no século XIX, foi fruto de um “desenvolvimento” guiado de acordo com interesses externos – além de bloqueios nas possibilidades de inserção nos trâmites da geopolítica global, que demonstram a falta de uma real soberania. De acordo com Quijano, temos dois aspectos centrais indispensáveis ao verdadeiro estabelecimento democrático: o fortalecimento de uma identidade nacional comum e a fundamental democratização das relações sociais e políticas. Contudo, nos países de maioria negra, mestiça e indígena, o Estado desenvolveu-se a partir da exclusão e marginalização de grande parte da população, com a efetivação do racismo e da distinção racial, a ausência de um sentimento nacional e identitário

A LONGUÍSSIMA DURAÇÃO DA COLONIALIDADE: UMA ANÁLISE
MULTIDIMENSIONAL DO NEOEXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA

GUARINELLO, E. C.

NACCARATO, G. J.

e a não representação da maior parte da população. Logo, as instituições democráticas pautadas na lógica eurocêntrica não puderam, evidentemente, se desenvolver. Há, ainda, o atrelamento dos interesses da pequena burguesia branca dominante aos interesses europeus, com um completo descolamento da realidade e das necessidades locais. Assim, os processos de desenvolvimento e industrialização foram articulados a partir dos mecanismos estabelecidos pela colonialidade do poder, perpetuando, estruturalmente, a condição de dependência.

Na esteira dessas reflexões, as contribuições de Mariátegui são de grande relevância para a apreensão do quadro geral que pretendemos estabelecer. Já no começo do século XX, o ilustre pensador peruano apresentou um panorama bastante complexo e aprofundado a respeito da formação e articulação dessas estruturas de poder. Em seu pensamento revolucionário, Mariátegui apresenta a centralidade da questão agrária e da questão indígena nos problemas do Peru – que, aqui, pode ser entendido como um espelho da formação sócio-histórica latino-americana.

O autor entende que os colonizadores acabaram com os sistemas de produção e desenvolvimento vigentes (no caso o comunismo incaico), sem substituí-los por um modo de funcionamento realmente eficiente e produtivo^{XI}, além de dizimarem a população, indo na contramão da noção de povoamento para alcançar o desenvolvimento. Ao analisar especificamente o caso do Peru, observamos a instauração de um liberalismo deformado, constituído por elementos capitalistas embrionários e por uma burguesia insuficiente. Tais deformações resultaram na má distribuição de terras, acumulação de capital e poder nas mãos de poucos e nas constantes tentativas de apagamento de identidades dos povos originários. Dessa forma, o autor traduz a situação de dependência do país (que pode ser observado em outros estados latino-americanos), mesmo após a revolução pela independência.

Mariátegui, na busca por alternativas originais para os problemas analisados, defendeu a compreensão e análise dessa formação sócio-histórica a partir de um olhar multidimensional, que contemplasse os âmbitos econômicos, sociais e políticos, considerando a fragilidade do desenvolvimento do Estado, que não era verdadeiramente democrático, tampouco independente.

A partir das contribuições de Mariátegui e voltando-nos, novamente, ao pensamento de Quijano, entendemos que não é possível pensar a colonialidade sem pensar no fenômeno do capitalismo mundial. Deste modo, dependência e colonialidade podem e devem ser entendidas como eixos estruturantes, não só da formação latino-americana, mas também da formação do sistema mundial vigente. Seguindo por essa lógica e no que tange à discussão a respeito do lugar ocupado pela América Latina no sistema-mundo, observamos a relevância das contribuições de Theotônio dos Santos^{XII} no que diz respeito à instauração dessas formas de dependência a partir do viés econômico. Diante disso, partimos de um olhar multidimensional que contempla não só o quadro específico e regional, mas também o caráter universal desses processos que, novamente, inserem-se em uma perspectiva de longa duração.

Isto posto, entendemos a situação de dependência cultural, subjetiva e reflexiva imposta pela colonização a partir da diferenciação racial, imposição do sistema de gênero e divisão do trabalho. Por conseguinte, é necessário comentar, mesmo que brevemente, sobre a questão da dependência econômica dos países latino-americanos – retrato do liberalismo deformado aqui instaurado.

O surgimento da teoria da dependência, nos anos 1960, insere-se em uma perspectiva crítica latino-americana, que contraria a noção de que o desenvolvimento econômico dos Estados ocorre por etapas, como previsto pela teoria eurocêntrica do desenvolvimento. Theotônio dos Santos defende a ideia de que o suposto “atraso” dos países latino-americanos é fruto das relações de dependência e subordinação, imprescindíveis ao sistema capitalista,

A LONGUÍSSIMA DURAÇÃO DA COLONIALIDADE: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DO NEOEXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA

GUARINELLO, E. C.

NACCARATO, G. J.

configurado, justamente, na efetivação das disparidades e na divisão desigual do trabalho, com a formação e constituição da economia mundial a partir de forças imperialistas e grupos hegemônicos^{XIII}.

Dessa forma, temos a superação da ideia de que o “subdesenvolvimento” estaria atrelado aos processos de industrialização ou à modernização, mas diretamente relacionado à relações de dependência. Essas estruturas foram fundamentais para a colonialidade, considerando a configuração da modernidade e do capitalismo como sistema construído justamente a partir de relações de dependência, hegemonia e colonialidade. Visando compreender as estruturas de permanência oriundas da colonialidade e na longa duração, investigaremos, no próximo tópico, o fenômeno neoextrativista na América Latina e sua relação com os projetos de desenvolvimento.

Projeto de desenvolvimento e o Neoextrativismo

Desde a formação das colônias, a América Latina e o Caribe foram incluídos no sistema-mundo compulsoriamente de modo a depender dos países europeus. Como periferia, a função da região era produzir e exportar as matérias-primas necessárias ao desenvolvimento dos países ricos. Durante a consolidação dos Estados, esse modelo de produção baseado na exportação se fortaleceu e, apesar das mudanças, a região é, atualmente, uma das maiores exportadoras de matérias-primas do mundo. Nesse processo, é importante entender o papel do extrativismo, entendido como um método de coleta e exploração de recursos naturais que, na sua forma predatória, não considera o limite de recursos naturais ou a sustentabilidade dos processos utilizados.

Nesse sentido, as práticas extrativistas em larga escala na região que hoje conhecemos como América Latina, ocorreram com a colonização ao mesmo tempo em que se desenvolveram os centros (onde se concentra o poder de consumo) e as periferias (onde ocorre a extração desenfreada de recursos geofísicos e humanos). Mesmo depois da formação dos Estado-nação, se destacou a importância do domínio da oligarquia, ou elite nacional, na sociedade pós-colonial. Trata-se de enfatizar, em primeiro lugar, as posições de poder do setor dominante, os padrões culturais e a permanência de uma economia extrativista em um novo Estado-nação que será dependente de modelos anteriores de exploração socioterritorial^{XIV}.

As condições para a continuidade do modelo de crescimento dependente, baseado no setor primário exportador, seriam garantidas pela atuação dos novos estados, em que se consolidam os interesses oligárquicos e se desenvolvem outras atividades econômicas vinculadas ao setor primário exportador. Considerando essas permanências, o historiador e antropólogo Fernando Coronil destaca:

A expansão colonial iniciada no século XVI, com as grandes navegações e o “descobrimento” das Américas – posteriormente incrementada com o neocolonialismo do final do século XIX, que promoveu a repartição da África e Ásia –, é vista, nessa abordagem, como condição sine qua non para a existência e a manutenção do capitalismo industrial. Por outro lado, a extinção do colonialismo histórico-político nas Américas, com a construção de nações independentes no século XIX, bem como na África e Ásia, por intermédio da descolonização em meados do século XX, não foi condição necessária e suficiente para a emancipação político-econômica e cultural dos países periféricos. Assim, a acumulação primitiva colonial, longe de ser uma pré-condição do desenvolvimento capitalista, foi um elemento indispensável da sua dinâmica interna e posterior continuidade^{XV}.

Como observado no trecho supracitado, a expansão territorial e o domínio político e econômico colonial foram fatores importantes no desenvolvimento do capitalismo. No contexto atual, prescindido de uma hegemonia colonial que ignora a soberania dos povos, grandes corporações empresariais e grupos financeiros têm utilizado o poder econômico para expandir

A LONGUÍSSIMA DURAÇÃO DA COLONIALIDADE: UMA ANÁLISE
MULTIDIMENSIONAL DO NEOEXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA
GUARINELLO, E. C.
NACCARATO, G. J.

e introduzir novos espaços nos circuitos de acumulação de capital (ASSIS, 2014). Portanto, o colonialismo (através de uma perspectiva mercadológica) representa a destruição de outras formas possíveis de se relacionar com a natureza, ao mesmo tempo em que subsidia a continuação e justificação de formas desiguais de poder em relação à distribuição territorial.^{XVI}

Desde meados dos anos noventa, a exploração de recursos naturais se intensificou novamente nos países da América Latina. A demanda cresceu nos países industrializados do norte global, as exportações para o mercado mundial aumentaram e os preços subiram. Assim, os governos progressistas utilizaram dessa chance para submeter cada vez mais a exploração de recursos naturais ao controle estatal. Com o aumento das receitas e sob a alegação da soberania nacional, esses governos financiaram programas sociais e, através deles, mais pessoas tiveram acesso à educação, além da pobreza extrema ter sido reduzida pela metade. Este modelo econômico é denominado neoextrativismo.

Parece uma história de sucesso, no entanto, este modelo também provocou efeitos negativos sobre o meio ambiente, a sociedade e a política, pois aumentou a dependência dos estados e de seus programas sociais ao mercado internacional. A exploração intensiva de recursos naturais, como a mineração e a extração petrolífera, comprometeu e compromete os ecossistemas na América Latina. A natureza e os habitats naturais dos animais são destruídos pelo desmatamento para dar lugar às plantações de soja e à pecuária. Dessa maneira, a diversidade biológica diminui, os agrotóxicos poluem a água, o ar e o solo, enquanto a pecuária libera o metano, prejudicando o meio ambiente. Estas mudanças afetam a população local e originária. Tanto corporações transnacionais, quanto os governos, ignoram o direito à terra e ao território e os obrigam a remoções forçadas. A população local perde sua fonte de renda e a condição salutar é piorada devido a poluição.

Deste modo, os críticos do modelo econômico extrativista são transformados em inimigos do desenvolvimento social. Isso faz com que ativistas ambientais e lideranças indígenas, camponesas, quilombolas e de direitos humanos sejam marginalizados. Além disso, há a perda de direitos fundamentais de participação democrática. Ao fortalecer o poder central, diminui-se a possibilidade de participação no âmbito local. Frequentemente, os parlamentos nacionais perdem influência, ao mesmo tempo que o poder presidencial aumenta. Nesse sentido, cada vez mais, as decisões governamentais são tomadas de maneira vertical, em consonância aos pretensos interesses da elite financeira.^{XVII}

Diante desta breve explanação do fenômeno neoextrativista, entende-se o mesmo como uma categoria analítica nascida na América Latina, que possui uma grande potência descritiva e explicativa, assim como um caráter denunciativo e um amplo poder mobilizador, capaz de tensionar um conjunto de responsabilidades compartilhadas e, ao mesmo tempo, diferentes entre norte e sul globais, centros e periferias. Ademais, na medida em que se refere a padrões de desenvolvimento insustentáveis e adverte sobre o aprofundamento de uma lógica de espólio, tem a particularidade de iluminar um conjunto de problemáticas multiescalares, que definem diferentes dimensões da crise atual^{XVIII}.

Sendo assim, neste estudo, nos interessa apontar para algumas leituras que enxergam esse conceito a partir de uma ótica pluridimensional. Alberto Acosta (2012), por exemplo, afirma que o extrativismo é uma modalidade de acumulação que começou a ser forjada no bojo da colonização. Além disso, é determinada, desde então, pelas demandas dos centros metropolitanos do capitalismo nascente. Nesse sentido, o extrativismo não é apenas uma fase do capitalismo, ou uma defasagem das economias subdesenvolvidas, mas constitui um traço estrutural do capitalismo como economia-mundo, “produto histórico-geopolítico da hierarquização originada entre os territórios coloniais e metrópoles imperialistas, os primeiros pensados como meros espaços de saqueamento e apropriações das colônias”^{XIX}.

A LONGUÍSSIMA DURAÇÃO DA COLONIALIDADE: UMA ANÁLISE
MULTIDIMENSIONAL DO NEOEXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA
GUARINELLO, E. C.
NACCARATO, G. J.

Esse modelo econômico está ancorado em um Estado que regula e se apropria das rendas da extração de recursos naturais e legitima esse processo por meio de uma agenda econômica composta por aspectos desenvolvimentistas. Observando a dimensão sistêmica do fenômeno que ocorre simultaneamente em vários estados sul-americanos, Eduardo Gudynas^{XX} cunhou o termo “neoeextrativismo” para designar esse modelo, conceito que sugere a manutenção do extrativismo de recursos naturais como centro dinâmico de acumulação, porém, ao qual se soma um “Estado Compensatório”, que distribui socialmente o excedente gerado no setor. Em parte, os crescentes preços internacionais de matérias-primas como petróleo, gás e minérios criam um ambiente favorável para explorar as vantagens comparativas dos países que exportam esses recursos.

A conjuntura política, por outro lado, caracterizou-se pelo esgotamento das medidas neoliberais e pela falta de uma forma democrática de política econômica, pois sustentava a separação entre as instituições públicas e a esfera econômica. Os novos governos eleitos neste momento propõem um modelo econômico alternativo de neoliberalismo, que assume o papel do Estado na economia e no desenvolvimento como fulcro da agenda estatal, bem como um componente "humano" que busca promover o crescimento econômico por meio de distribuição no domínio do rendimento e da política social.

Na esteira dessas reflexões, a socióloga Maristella Svampa (2019) afirma que:

O neoeextrativismo apresenta uma determinada dinâmica territorial cuja tendência é a ocupação do território e a grilagem de terras, por meio de formas ligadas a monocultura ou monoprodução, que tem como uma de suas consequências o descolamento de outros modos de produção locais/regionais, bem como das populações. Nesse sentido, no início do século XXI, o neoeextrativismo redefiniu as disputas por terra, que populações pobres e vulneráveis enfrentam de modo assimétrico, com grandes agentes econômicos interessados em implementar cultivos transgênicos ligados à soja, ao dendê e a cana de açúcar, entre outros. De acordo com um relatório da Oxfam com dados dos censos agropecuários de 15 países, em toda região, 0,1% de propriedades de maior tamanho concentra mais da metade da superfície agrícola. Isso quer dizer que 1% reúne mais terra que os 99% restantes. O país mais desigual na distribuição de terras é a Colômbia, onde 0,4% da exploração agropecuária domina 68% do território no país. Em segundo temos o Peru, onde 77% das propriedades estão nas mãos de 1%. Na sequência aparecem Chile (74%), Paraguai (71%), Bolívia (onde 1% controla 66% das propriedades), México (56%) e Brasil com 44% do território agrícola concentrado em 1% das propriedades. Na Argentina, 36% das terras estão nas mãos de latifundiários e fundos de cultivo^{XXI}.

A partir deste levantamento, entende-se como a região estudada permanece com uma grande concentração fundiária nas mãos de empresas de extração e latifundiários, além de permanecer uma região agroexportadora. Essa nova fase de acumulação do capital, caracterizada por uma intensa pressão sobre os bens naturais e territórios, abriu o caminho para novas disputas políticas, sociais e ecológicas, para resistências sociais impensáveis para o imaginário desenvolvimentista hegemônico.

Sobre a questão do desenvolvimento e a dimensão histórico-estrutural intimamente ligada à invenção da Europa e a expansão do capital, cabe salientar, nesse momento, as características desse modelo de desenvolvimento que consagram as práticas neoeextrativistas. Para entendermos este processo, é necessário construir uma crítica à racionalidade moderna. Para tanto, é importante ressaltar que o pensamento moderno europeu enraizou suas bases e projeções dentro da racionalidade cientificista e positivista em contraposição aos saberes tradicionais. Dessa maneira, como apresentado no tópico anterior, ao mesmo tempo que o europeu se coloca no lugar de detentor do conhecimento, da razão, da civilização e da realidade

A LONGUÍSSIMA DURAÇÃO DA COLONIALIDADE: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DO NEOEXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA

GUARINELLO, E. C.

NACCARATO, G. J.

tal qual ela é, também se cria a ideia do “outro”, o selvagem, destituído de razão, a ser modernizado e colonizado.

Esse pensamento e forma de existir no mundo gerou uma série de sintomas que deram margem ao questionamento desse racionalismo binarista. Um exemplo disso seria a promessa da dominação da tecnologia sobre a natureza, em que a última torna-se território de apropriações. Para Latour (1994):

(...) os fatos científicos e sociais não são puros e imunes às externalidades, mas construções coletivas fixadas através de elos entre atores (humanos e não humanos) por meio de redes heterogêneas. Assim, defende que a ciência e a sociedade necessitam ser trabalhadas juntas, a luz de uma simetria generalizada, e não de oposições binárias tão introjetadas pela racionalidade moderna como sujeito *versus* objeto, natureza *versus* sociedade, realidade *versus* mito, ciência *versus* senso comum, etc.^{XXII}.

Nesse sentido, o conflito socioambiental contemporâneo expressa uma insatisfação geral com o atual modelo de extração, produção e consumo, com uma visão econômica rigorosa e binarista da relação entre sociedade e natureza. A desigualdade e contradição que moldam diferentes realidades de desenvolvimento econômico devem ser entendidas como um produto de conflito distributivo, a fim de debater sobre o significado de desenvolvimento e progresso. Ademais, ao analisar os conflitos socioambientais sob a ótica da decolonialidade, é possível desenvolver respostas eficazes e contra hegemônicas.

Do ponto de vista jurídico-político-institucional, vemos um retorno ao passado, sustentado por uma circunstância que sabemos ser temporária: a alta dos preços dos minerais e commodities agrícolas. Se a mineração de ouro, alumínio, manganês e ferro, entre muitos outros minerais, não é nova, o que é novo é a velocidade e a intensidade que agora se estabelece, assim como as características de violência predatória cada vez mais identificados com as grandes corporações.

Com base neste modelo de desenvolvimento, defende-se o extremo dinamismo destes eixos de integração e crescimento através da utilização de construções instaladas no território (estradas, pontes, ferrovias, portos, barragens, etc.) para a melhor circulação de recursos naturais, trabalhadores, informação, energia e dinheiro. Afinal, tais construções são o "capital fixo integrado à terra", que, além de absorver grande quantidade de capital, é espacialmente fixo e precisa ser utilizado e desenvolvido para realizar seu valor^{XXIII}.

Como descrevemos ao longo de nossa análise, qualquer evento que interrompa essa dinâmica pode ter efeitos catastróficos. Na fase de aumento desse "capital fixo incorporado à terra", do ponto de vista capitalista, os protestos de trabalhadores e indígenas contra a expansão desse modelo de desenvolvimento são uma ameaça ao alcance de seus respectivos objetivos de acumulação.

Considerações finais

A partir da caracterização e contextualização do modelo neoextrativista e suas configurações de desenvolvimento buscou-se, neste artigo, a explanação da pertinência da perspectiva multidimensional para os estudos que pretendem lançar uma compreensão da realidade complexa contemporânea latino-americana. Por isso, compartilhamos o conceito de desenvolvimento, descrito por Favareto et al^{XXIV}, como um processo histórico, multidimensional, multiescalar e heterogêneo, pois o pensamento humano se erige no estabelecimento do debate, na existência de discordâncias e críticas, no conflito de ideias. É construído, também, através de aproximações, recuperações e diálogos, enfim, do entrecruzamento de ideias.

A LONGUÍSSIMA DURAÇÃO DA COLONIALIDADE: UMA ANÁLISE
MULTIDIMENSIONAL DO NEOEXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA
GUARINELLO, E. C.
NACCARATO, G. J.

Diante dos complexos desafios para compreendermos a questão da terra e do território, torna-se relevante a sistematização do geógrafo brasileiro Rogerio Haesbaert da Costa:

O território vem sendo abordado em duas perspectivas principais: materialistas e idealistas. Os estudos desenvolvidos no âmbito de perspectiva materialista têm privilegiado a dimensão físico-concreta, compartimentada em três concepções. A naturalista, que considera o território com base nas relações entre sociedade e natureza, moldadas através do comportamento natural dos homens em relação ao seu meio físico. A jurídico-política, que concebe o território “como espaço delimitado e controlado através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente –, relacionado ao poder político do Estado”(…). E a concepção econômica, segundo a qual o território é visto “como fonte de recursos e/ou incorporado no embate das classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão ‘territorial’ do trabalho” (...). A perspectiva idealista, imaterial, abstrata, “prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido^{XXV}.

Embora a multidimensionalidade seja considerada por muitos geógrafos para entender processos realizados a fim de compreender o território, a partir do estudo de Haesbaert, verificou-se que, em grande medida, a literatura acerca do conceito de territorialização esteve mais focada na prática analítica de ordem político-jurídica. Apenas recentemente, estudos começaram a ser considerados com forte ênfase no papel da dimensão imaterial, simbólico-cultural. Uma parte significativa do debate baseia-se na diferença, por vezes oposição, entre dimensões tangíveis e intangíveis, ou político-econômicas e culturais-simbólicas, e na reafirmação do papel dos valores, representações e sentimentos de identificação com a terra^{XXVI}.

Corroborando com essas ideias, Fernandes^{XXVII} compreende a multidimensionalidade como um conceito basilar que auxilia o entendimento de fenômenos a partir de sua totalidade, já que expressa várias dimensões do advento, ou seja, aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais. Nesse sentido, o autor confirma que a multidimensionalidade é capaz de demonstrar que os conflitos por território não se limitam apenas à dimensão econômica.

Desse modo, concordamos que os campos da ciência e do conhecimento não estão separados, à parte da realidade social como um sistema próprio independente, deslocado de seu próprio processo. A produção científica reflete a complexidade da história e é parte importante da construção de significados que afetam a dinâmica social. No entanto, em perspectiva mais ampla, a dimensão imaterial envolve sistemas de valores e representações (incluindo aqueles constituídos por conhecimento científico) que são processos construtivos de significado social, diretamente ligados à realidade concreta.

A vista disso, os esforços em redigir este artigo refletem a emergência da novíssima dependência da América Latina, através do neoextrativismo e do projeto de desenvolvimento neoliberal. Esses sintomas sociais, políticos e econômicos estão vinculados à configuração geopolítica do poder colonial, de longuíssima duração. Ademais, acreditamos no olhar multidimensional e interdisciplinar na análise da formação sócio-história latino americana, fundamental para a compreensão da complexa sociedade contemporânea.

A dependência econômica dos países latino-americanos, ainda hoje, pode ser evidenciada a partir de práticas extrativistas, atreladas a submissão ao mercado internacional e aos interesses do capital das potências hegemônicas. Este é, indubitavelmente, um retrato da perpetuação da colonialidade como construção sócio-histórica. A América Latina, frente a este processo, continua sendo explorada e subjugada através da atual divisão internacional do

A LONGUÍSSIMA DURAÇÃO DA COLONIALIDADE: UMA ANÁLISE
MULTIDIMENSIONAL DO NEOEXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA
GUARINELLO, E. C.
NACCARATO, G. J.

trabalho, das disparidades e recorrentes violências de gênero, da perpetuação do racismo, exclusão social e situação de marginalidade imputada a negros e indígenas. Em outras palavras, a longa duração da colonização pode ser compreendida a partir da permanência das estruturas opressoras da colonialidade.

Walter Mignolo^{XXVIII}, em seu artigo *Colonialidade: o lado escuro da modernidade*, sintetiza com maestria a necessidade de questionar projetos de ordens mundiais, e nos redirecionarmos para “ordens comunais planetárias” que são baseadas na pluriversalidade como projeto universal. Esse esforço epistemológico decolonial visa esclarecer “futuros globais”, isto é, fazer uma crítica a visão monolítica de mundo produzida pela modernidade ocidental. Acreditamos que esse redirecionamento seja fundamental para pensar alternativas e soluções aos problemas e disparidades da América Latina.

Frisamos, por fim, que a mobilização de conceitos empregados neste texto não ocorreu ao acaso. Acreditamos que a produção de conhecimento contemporâneo deve estar atrelada cada vez mais a um diálogo de fronteiras, intercultural. Para tanto, a criação de pontes entre diferentes esquerdas existentes deverá partir da incorporação de uma interpretação em termos de crise global, ligada ao modo de exploração da natureza que engendra o capitalismo neoliberal, intimamente ligado ao neoextrativismo. A reconstrução de um horizonte que possa romper com paradigmas coloniais e de longa duração só será possível por meio de uma ação plural, popular e fundamentalmente antiracista, antipatriarcal e agroecológica.

^I Mestranda no Programa de Pós Graduação em História Comparada (PPGHC), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, bolsista CAPES. Graduada em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Campus de Franca.

^{II} Mestranda no Programa de Pós Graduação em História Comparada (PPGHC), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, bolsista CAPES. Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

^{III} ANZALDÚA, Gloria et al. *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*. Estudos feministas, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

^{IV} QUIJANO, A. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires: 2005.

^V QUIJANO, A. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires: 2005.

^{VI} LUGONES, M. *Colonialidad y género*. Tabula rasa, n. 09, p. 73-101, 2008.

^{VII} LUGONES, M. *Colonialidad y género*. Tabula rasa, n. 09, p. 73-101, 2008.

^{VIII} QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria de Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009

^{IX} QUIJANO, A. *Colonialidad y modernidad/racionalidade*. Perú indígena, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

^X BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: _____. *Escritos sobre a História*. Trad. J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2007.

^{XI} MARIÁTEGUI, J. C. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

^{XII} SANTOS, T. *A teoria da dependência: balanço e perspectiva*. Niterói: [s.n.], 1998.

^{XIII} SANTOS, T. *A teoria da dependência: balanço e perspectiva*. Niterói: [s.n.], 1998.

^{XIV} MACHADO ARÁOZ, H. *Ecología política de los regímenes extractivistas. De reconfiguraciones imperiales y re-ex-sistencias decoloniales en nuestra América*. Bajo el Volcán, v. 15, n. 23, 2015.

^{XV} CORONIL, F. *Naturaleza del poscolonialismo: del eurocentrismo ao globocentrismo*.

^{XVI} ASSIS, W. F. T. *Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo*. Caderno CRH [online]. 2014, v. 27, n. 72

A LONGUÍSSIMA DURAÇÃO DA COLONIALIDADE: UMA ANÁLISE
MULTIDIMENSIONAL DO NEOEXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA
GUARINELLO, E. C.
NACCARATO, G. J.

-
- ^{xvii} SVAMPA, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo, Editora Elefante, 2019. p. 62.
- ^{xviii} SVAMPA, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo, Editora Elefante, 2019. p. 62.
- ^{xx} GUDYNAS, E. *Extracciones, extractivismos y extrahecciones. Un marco conceptual sobre la apropiación de recursos naturales*. Observatorio del Desarrollo, n. 13, 2013.
- ^{xxi} SVAMPA, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo, Editora Elefante, 2019. p. 62.
- ^{xxii} APUD AMORIM, Bianca Rihan Pinheiro. *Modernidade alternativa no movimento zapatista de libertação nacional*. interFACES, v. 26, n. 1, p. 60-75, 2017.
- ^{xxiii} HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.
- ^{xxiv} FAVARETO, A. et al. *Territórios importam – bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil*. Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade. 10.18472/ReGIS.v2n1.2015.17172, 2015.
- ^{xxv} HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p.10.
- ^{xxvi} NETO, A. S. C. *Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder*. GEOgraphia, v. 15, n. 29, p. 23-52, 2013.
- ^{xxvii} FERNANDES, B. M. *Sobre a tipologia de territórios*. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E. S. *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- ^{xxviii} Em MIGNOLO, W. D. *Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 94, 2017.

Referências Bibliográficas

- ACOSTA, Alberto. *Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição*. In: AMORIM, Bianca Rihan Pinheiro. *Modernidade alternativa no movimento zapatista de libertação nacional*. interFACES, v. 26, n. 1, p. 60-75, 2017.
- ANZALDÚA, Gloria et al. *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*. Estudos feministas, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.
- ASSIS, W. F. T. *Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo*. Caderno CRH [online]. 2014, v. 27, n. 72 [Acessado 1 Agosto 2022] , pp. 613-627. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300011>>. Epub 05 Fev 2015. ISSN 1983-8239. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300011>.
- BRAUDEL, F. *História e Ciências Sociais: a longa duração*. In: _____. *Escritos sobre a História*. Trad. J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2007.

A LONGUÍSSIMA DURAÇÃO DA COLONIALIDADE: UMA ANÁLISE
MULTIDIMENSIONAL DO NEOEXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA
GUARINELLO, E. C.
NACCARATO, G. J.

CORONIL, F. Naturaleza del poscolonialismo: del eurocentrismo ao globocentrismo. *In:* LANDER, Edgar. (Org). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*, Buenos Aires, CLACSO, 2000.

FAVARETO, A. et al. *Territórios importam – bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil*. Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade. 10.18472/ReGIS.v2n1.2015.17172, 2015.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. *In:* SAQUET, M.A.; SPOSITO, E. S. *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GUDYNAS, E. *Extracciones, extractivismos y extrahecciones. Un marco conceptual sobre la apropiación de recursos naturales*. Observatorio del Desarrollo, n. 13, 2013.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

LUGONES, M. *Colonialidad y género*. Tabula rasa, n. 09, p. 73-101, 2008.

MACHADO ARÁOZ, H. *Crisis ecológica, conflictos socioambientales y orden neocolonial: las paradojas de Nuestra América en las fronteras del extractivismo*. REBELA, v. 3, n. 1, outubro, 2013.

MACHADO ARÁOZ, H. *Ecología política de los regímenes extractivistas. De reconfiguraciones imperiales y re-ex-sistencias decoloniales en nuestra América*. Bajo el Volcán, v. 15, n. 23, 2015.

MARIÁTEGUI, J. C. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MIGNOLO, W. D. *Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 94, 2017.

Boletim do Tempo Presente vol. 12, n. 01. Jan. 2023. p. 10-22 | <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente>

A LONGUÍSSIMA DURAÇÃO DA COLONIALIDADE: UMA ANÁLISE
MULTIDIMENSIONAL DO NEOEXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA
GUARINELLO, E. C.
NACCARATO, G. J.

NETO, A. S. C. *Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder*. GEOgraphia, v. 15, n. 29, p. 23-52, 2013.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria de Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009.

QUIJANO, A. *Colonialidad y modernidad/racionalidade*. Perú indígena, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, A. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires: 2005.

SANTOS, T. *A teoria da dependência: balanço e perspectiva*. Niterói: [s.n.], 1998. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B0eSnYD-sJTwR0dXSXZZb2trYjQ/view>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

SVAMPA, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo, Editora Elefante, 2019.

WALLERSTEIN, I. *Análisis de sistema-mundo: una introducción*. México: Siglo XXI, 2005.